

O significado que um dicionário pode ter



Margarita Correia

30 Junho 2020 — 01:30

Cumprem-se por estes dias 20 anos do lançamento do Dicionário de Tétum-Português (DTP), de Luís Costa, na Reitoria da Universidade de Lisboa, evento que me apraz assinalar.

Entrei como assistente estagiária na Faculdade de Letras (FLUL) em dezembro de 1990, para lecionar Lexicologia e Lexicografia. Entre os alunos, contava-se o Artur Marcos, ativista da causa timorense muito antes de ser moda sê-lo, que mantinha um mural com informação sobre Timor junto ao bar velho da FLUL e que depois dirigiu o Centro de Documentação Timor/Ásia, enquanto durou.

Após o massacre do Cemitério de Santa Cruz, a 12 de novembro de 1992, o Artur propôs-me que eu ajudasse o Luís Costa, um timorense e falante nativo de tétum-térique, a produzir um dicionário bilingue de tétum-português, partindo de dois dicionários de 1906 e 1935, assim como de informação disponível no Centro e da intuição linguística de timorenses a viver em Lisboa. Abracei o projeto com entusiasmo, por acreditar que o trabalho dos linguistas pode ter impacto na comunidade e na vida das pessoas. Começámos em 1995, movidos pela crença de que, se uma língua traduz uma visão de mundo e é fator de identidade de um povo, é imperativo contribuir para a preservar e desenvolver, através de descrições linguísticas, e.g. dicionários. O meu papel no projeto foi definir metodologia, estrutura e rever integralmente o trabalho, lado a lado com o Luís.



O lançamento do DTP pode não parecer nada relevante, se comparado com a vertiginosa sequência de acontecimentos que levaram à independência de Timor-Leste, em 20 de maio de 2002, e à adoção do português e do tétum como línguas oficiais do país. O DTP fora concebido como um grito contra a indiferença pelo sofrimento de um povo e veio a tornar-se uma singela homenagem à sua valentia. A história do DTP bem merecia ser contada, assim como a do discreto Luís Costa.

Após quatro anos de silencioso e pertinaz trabalho do Luís, executámos a revisão e preparação para publicação do DTL, no meio de um turbilhão: o referendo de 30 de agosto de 1999, a luta que se lhe seguiu, o cordão humano de 10 km em Lisboa a 8 de setembro, a criação da UNTAET pela resolução n.º 1272 do Conselho de Segurança da ONU e o seu início de funções a 25 de outubro. Tivemos o privilégio de sentir como nunca a relevância política e social do nosso trabalho. Enquanto um país nascia, trazíamos a público, elaborado por um timorense e enquadrado por uma universidade portuguesa, um pequeno mas importante elo entre dois povos e duas línguas.

O DTP teve uma tiragem inicial de 10 mil exemplares, apoiada por entidades públicas e privadas que entenderam a importância da edição, especialmente naquele momento. No mesmo ano, conheceu uma edição em formato de bolso de 11 mil exemplares, patrocinada pelo então Instituto Camões, i.e., no total foram publicados 21 mil exemplares, há muito esgotados. Em Díli, quando lá estive em 2002, muitos usavam o DTP com orgulho.

Apesar de existirem outros dicionários bilingues com tétum, o mais recente, de tétum-português, realizado em Timor-Leste e publicado em 2016, o DTP ainda hoje é reproduzido em fotocópias e vendido na rua, além de conservar grande valor simbólico sobretudo entre os timorenses que viveram o nascimento do seu país.

Luís Costa cumpre em breve 75 anos. É um autodidata, publicou vários trabalhos sobre o tétum, mas, com exceção do DTP, nunca contou com apoio institucional. Acompanhou de perto e auxiliou a comunidade timorense em Lisboa, ensinou tétum a inúmeras pessoas, preparou centenas de cooperantes. Trabalhou como poucos ao serviço de Timor-Leste e do seu povo, bem como para a preservação da sua língua veicular e da sua cultura.

Sempre que penso em homenagens que falta fazer, a que é devida a Luís Costa é a primeira que me ocorre.

** Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Presidente do Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP*